

Bruxelas, 16 de dezembro de 2024
(OR. en)

16977/24

POLCOM 312
FDI 82

RESULTADOS DOS TRABALHOS

de: Secretariado-Geral do Conselho

para: Delegações

Assunto: Conclusões do Conselho e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, sobre o futuro da política europeia de proteção do investimento
– Conclusões do Conselho (16 de dezembro de 2024)

Junto se enviam, à atenção das delegações, as conclusões do Conselho e dos representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, sobre o futuro da política europeia de proteção do investimento, adotadas pelo Conselho na sua 4069.^a reunião, realizada em 16 de dezembro de 2024.

Conclusões do Conselho e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, sobre o futuro da política europeia de proteção do investimento

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA E OS REPRESENTANTES DOS GOVERNOS DOS ESTADOS-MEMBROS, REUNIDOS NO CONSELHO,

1. SALIENTAM a importância dos acordos a nível da UE no domínio da proteção do investimento, uma vez que são instrumentos fundamentais para assegurar um quadro coerente de proteção do investimento na UE;
2. RECONHECEM a importância do debate estratégico sobre o futuro da política europeia de proteção do investimento iniciado pela Presidência húngara;
3. INCENTIVAM a continuação do diálogo no Conselho para fazer face aos atuais desafios no que diz respeito, em especial, à negociação e à entrada em vigor dos acordos da UE em matéria de proteção do investimento;
4. CONVIDAM a Comissão a aplicar o Regulamento (CE) n.º 1219/2012 com flexibilidade suficiente para permitir que os Estados-Membros envolvidos na negociação conduzam as suas negociações de forma eficaz, assegurando simultaneamente o pleno respeito pelo direito e pela política da UE;
5. SALIENTAM o valor das iniciativas multilaterais de reforma em curso no Grupo de Trabalho III da CNUDCI e no âmbito do programa de trabalho da OCDE sobre o futuro dos tratados de investimento;
6. APELAM à continuação do diálogo e da cooperação entre o Conselho, a Comissão e os Estados-Membros na definição da política de proteção do investimento da UE.